

# Consejo de Ministros

Oitava Reunião  
11 de fevereiro de 1994  
Montevideu - Uruguai



# ALADI

Asociación Latinoamericana  
de Integración  
Associação Latino-Americana  
de Integração

ALADI/CM/VIII/Sessão Plenária  
(Abertura)  
11 de fevereiro de 1994

## ORDEM DO DIA

Palavras do Senhor Secretário-Geral da ALADI,  
Engenheiro Antonio J.C. Antunes.

Palavras do Excelentíssimo Senhor Ministro  
das Relações Exteriores da República Argenti-  
na, Dr. Guido Di Tella, em seu caráter de  
Presidente da Sétima Reunião do Conselho de  
Ministros.

Palavras do Excelentíssimo Senhor Ministro  
das Relações Exteriores da República Oriental  
do Uruguai, Dr. Sergio Abreu, em nome de seu  
Governo.

-----

Preside:

GUIDO DI TELLA

Assistem: Guido Di Tella, Héctor Gambarotta, Jesús Sabra, Alicia Martínez Ríos, Jorge Hugo Herrera Vegas, Carlos Vido Kesman, Victorio Taccetti, María Esther Bondanza, Noemí Gómez, Gustavo Moreno, Arturo Hotton Risler, Flaviano Forte, Elizabeth Wimpfheimer, Jorge Biglione, Eduardo Michel, Diego Desmoures, Roxana Sánchez e María del Carmen Squeeff (Argentina), Antonio Aranibar Quiroga, Hernando Velasco, Mario Reyes Chávez, Víctor Rico Frontaura, Roberto Emilio Finot, Julio Froilán Olmos Uriona e Rosario del Río (Bolivia), Celso Luiz Nunez Amorim, Paulo Nogueira Batista, José Arthur Denot Medeiros, Sergio Augusto Florencio Sobrinho, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Mauro Luis Iecker Vieira, Mario Ernani Saade, Fernando Jacques de Magalhaes Pimenta, Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, Hadil Fontes da Rocha Vianna, Maria Nazareth Farani de Azevedo, Afonso Celso de Souza Marinho Nery, Carlos Eduardo de Ribas Guedes, Renata Saint-Clair Pimentel e André R. Heraclio do Rego (Brasil), Juan José Echavarría Soto, Antonio Urdaneta Guerrero, Gustavo Guzmán Manrique e María Elvira Pérez de De Castro (Colômbia), Rodrigo Díaz Albónico, Raimundo Barros Charlin, Augusto Bermúdez Arancibia, Alejandro Jara Puga, Manuel Valencia Astorga, Juan Eduardo Burgos, Rodrigo Quiroga Cruz, Ricardo Rojas e Juan Guillermo Valenzuela (Chile), Eduardo Cabezas Molina e Humberto Jiménez (Equador), Manuel Tello, Rosario Green, Herminio Blanco, Ignacio Villaseñor, Luis Miguel Díaz, Federico Urruchua, Rogelio Granghillhome, Jesús Flores Ayala, Guillermo Aguilar, Juventino Balderas, Ramón Anaya, Dora Rodríguez Romero, Francisco Uranga, Jesús Ignacio Navarro e Rodolfo Cruz Miramontes (México), Luis María Ramírez Boettner, Antonio Félix López Acosta, Efraín Darío Centurión, Emilio Ramírez Russo, Rubén Fadlala, Carlos Galeano Perrone, Víctor Aquino, Susana Morinigo e Alfredo Núñez (Paraguay), Efraín Goldenberg, Guillermo Fernández-Cornejo-Cortés, José Antonio Arrospide del Busto, Julio Muñoz Deacon, Eduardo Brandes, Elba Rodríguez Pastor, José Carlos Dávila Pessagno, Pablo Cisneros Andrade, Pedro Antonio Bravo Carranza e Mercedes Alayo Nieto (Peru), Sergio Abreu Bonilla, Guillermo Valles Galmés, Néstor G. Cosentino, Lilián Arbiza, Roberto Muinelo, Joaquín Píriz, Enrique Delgado e Daniel Botta (Uruguai), Alberto Poletto, Germán Lairat, Antonieta Arcaya, Antonio Rangel e Ariel Vargas (Venezuela),

Países e Organismos Observadores:

Ana Lorena Anglade Soler (Costa Rica), Abelardo Curbelo Padrón (Cuba), Luis Andrés Mañana (República Dominicana), Salvador Bermúdez De Castro (Espanha), Guadalupe Barral Caballero (Guatemala), Luis Ramón Ortiz Ramírez (Honduras), Egone Ratzenberger (Italia), Luis Carlos Abrahams (Panamá), Manuel Barreiros Martins (Portugal), Boris Golovin, Anatoly Gratchev, Valeri Dergatchev (Federação da Rússia), Radu Urzica (Romênia), Egmundo Frei (Confederação Suíça), Vladimir Radovic (BID), Walter Cancela (CCE), Luis J. Macchiavello (OEA) e Magda Moyano (PNUD).

Convidados Especiais:

Enrique García (CAF), Santiago Alberto Amarilla (Bacia do Prata), Carlos Bastanchuri (FAO), Efraín Darío Centurión (FONPLATA), Arnaldo Veras (IICA) e José Manuel Cárdenas (JUNAC).

Secretário-Geral: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretário-Geral Adjunto: Isaac Maidana Quisbert.

-----

MINISTRO DAS RELACOES EXTERIORES DA REPUBLICA ARGENTINA, Doutor Guido Di Tella. Inicia-se a Sessão Plenária Inaugural.

Em primeiro lugar falará o Secretário-Geral da ALADI, Engenheiro Antonio Antunes.

SECRETARIO-GERAL. Senhores Ministros, Senhores Vice-Ministros, Senhores Representantes Permanentes, Senhores Delegados, senhoras e senhores, é esta provavelmente, a reunião da ALADI mais importante desde a assinatura do Tratado de Montevideu 1980.

A presença de Vossas Excelências nesta Casa, para adotar resoluções concretas destinadas a iniciar um processo de articulação e convergência dos acordos bilaterais e sub-regionais, para reforçar os aspectos institucionais e operacionais da Associação, e para adaptar seus instrumentos às novas circunstâncias em que se insere a integração regional; bem demonstra que estamos vivendo um momento especial, no qual a ALADI está dando um salto de qualidade, uma significativa mudança de rumo, uma sensível metamorfose, no sentido de cumprir um papel protagônico como foro principal da integração regional.

Muitos são os fatos e as tendências que empurram esta Casa para um degrau superior de utilidade aos legítimos e concretos interesses dos nossos países: o processo de abertura de nossas economias, a dinâmica dos acordos bilaterais e sub-regionais, o estabelecimento do tratado de livre comércio da América do Norte com a participação de um país-membro desta Associação, o novo quadro normativo, institucio-

nal e de compromissos criados pela Rodada Uruguai do GATT, a conveniência do multilateralismo com a arregimentação dos países em blocos econômicos, as perspectivas pouco alentadoras do mercado internacional para nossas exportações e a surpreendente vitalidade demonstrada nos últimos cinco anos pelo comércio entre nossos países.

As exportações entre nossos países já atingem US\$ 23 bilhões após virem crescendo seguidamente nos últimos cinco anos a taxas cuja média supera os 18% ao ano, respondendo já por cerca de 20% de todas nossas exportações e apresentando uma significativa participação de produtos industrializados.

Temos aqui, senhores Chanceleres, um ponto de partida concreto para iniciar o processo de articulação e convergência entre os acordos bilaterais e sub-regionais. Urge acelerar o marco normativo e instrumental no âmbito da ALADI para cultivar esse mercado, ampliando mais ainda seu papel de alternativa viável e importante como destino e origem das exportações e importações dos nossos países.

A Rodada Uruguai do GATT trouxe para nossos países novos compromissos e o benefício incomensurável de estabelecer normas e instituições multilaterais para regulamentação do comércio e solução de controvérsias internacionais, incorporando também os conhecidos novos temas e setores no âmbito desse novo quadro normativo e institucional.

Entretanto nas negociações, nos resultados e na posta em prática desse novo quadro multilateral foi e será evidente o papel dos blocos de países.

Temos aqui um grande desafio, o de transformar a ALADI em um foro que sirva a seus sócios frente a esta nova realidade. É necessário acelerar as negociações relativas a construção do quadro normativo e instrumental da ALADI fazendo as adaptações pertinentes frente a nova realidade criada pela Rodada Uruguai do GATT, inclusive enfrentando o tratamento dos novos temas e setores, nas relações entre nossos países.

Acredito também ser possível aproveitar a ALADI como foro de entendimento e de negociação e como quadro normativo e instrumental no sentido de servir como um reduto para nossos países, no comércio e nas negociações multilaterais, tendo em vista a nova realidade do GATT e da configuração de blocos econômicos. Longe de contrariar as regras do novo GATT e os princípios da multilateralidade, essa possibilidade traduziria a instrumentação de posições assumidas em outros foros, sem contrariar também o quadro normativo e instrumental da ALADI.

O apoio aos acordos bilaterais e sub-regionais e o respeito a seus ritmos de evolução são diretrizes e prática desta casa. No entanto, os estágios em que eles se encontram e os objetivos do Tratado de Montevideu 1980 já fazem possível, desejável e imprescindível iniciar já um processo efetivo e pragmático de articulação e convergência desses acordos. É necessário considerar o estado letárgico dos instrumentos estritamente regionais, as características instrumentais e normativas atuais e em perspectiva desses acordos, identificando os pontos de convergência e os riscos de divergência. Partindo dessa situação é necessário elaborar um programa de ações

para a articulação, cuja chave operativa é o entendimento entre os responsáveis pela condução desses acordos em seus vários níveis.

Senhores Ministros, muitos outros temas e ações poderia eu citar como parte do cumprimento dos mandatos desta Associação no que tange às responsabilidades desta Secretaria. Aqui o trabalho é intenso e os resultados são e podem ser de muito maior benefício para os países-membros, os que são incomensuráveis quando se referem ao marco normativo e instrumental que se está construindo e os mensuráveis quando se referem a cifras de alto valor dos incrementos de comércio e de riquezas que geram os acordos assinados na ALADI.

Não poderia deixar de advertir, senhores Ministros, dada a responsabilidade que Vossas Excelências atribuíram a mim e aos dois adjuntos quando nos elegeram, que é necessário recuperar a capacidade competitiva desta associação no mercado de trabalho, para manter a integridade, da qualidade de sua equipe técnica e para cumprir os mandatos deste ilustre Conselho de Ministros e do Comitê de Representantes.

Senhores Ministros, quero transmitir a Vossas Excelências as mais sinceras boas-vindas, os melhores votos de êxito nessa espinhosa missão de concerto para bem da integração dos países. Esta Secretaria desde logo se põe a inteira disposição para cumprir com muita honra e satisfação profissional os encargos encomendados por este ilustre Conselho de Ministros. Muito obrigado.

- Aplausos.

MINISTRO DAS RELACOES EXTERIORES DA REPUBLICA ARGENTINA, Doutor Guido Di Tella. Senhores Ministros, autoridades, senhoras e senhores, minhas primeiras palavras sejam para agradecer aqueles que de uma forma ou de outra colaboraram na celebração do Oitavo Conselho de Ministros e em especial dirijo meu reconhecimento ao Governo da República Oriental do Uruguai, país sede da Associação, que mais uma vez renova com todos nós sua tradicional hospitalidade.

Este ano que finaliza foi um ano cheio de novidades e de novidades substantivas. O Acordo GATT, o Acordo NAFTA, os progressos nos acordos sub-regionais, foram muito substantivos, e creio que merecem alguns comentários específicos em que consistem estes progressos e onde estiveram os riscos e onde ficam os riscos.

A Rodada Uruguai terminou de uma maneira que podemos definir como "satisfatória" apesar dos pesares. Durante as negociações o que apareceu como realmente alarmante foram as ameaças de não chegar a uma solução. Isso sim teria sido uma notícia catastrófica.

Creio que deve ser destacada a delicadeza dos acordos comerciais e que há que falar deles com enorme respeito porque são o resultado de esforços titânicos que se podem destruir com uma afirmação destemperada ou uma idéia improvisada.

Finalmente, creio que se chegou a um acordo aceitável que será a base de uma nova etapa no comércio internacional. A nível regional, outro fato transcendente que devo destacar é a subscrição do NAFTA, que suscitou interesse por diversas razões. Cabe assinalar que a mais

importante delas é que afeta um dos membros da ALADI, um dos principais países da América Latina, e que tomou uma decisão de enorme audácia, de enorme coragem, para fazer uma integração realmente difícil, mas com um potencial extraordinário. Alegramo-nos de que isto haja ocorrido, e queremos expressar nossa solidariedade plena por esse processo tão transcendental.

Nos temas dos acordos sub-regionais creio que houve progressos muito importantes. Não mencionarei todos os progressos, mas os progressos dentro do Grupo Andino foram muito substantivos e os progressos - e isto sim posso falar com mais autoridade - dentro do MERCOSUL foram realmente históricos. Os volumes de comércio intra-ALADI e os volumes de comércio intra-sub-agrupações regionais, entre outros o do MERCOSUL, foram realmente extraordinários.

Novamente, estes acordos nos põem agora em uma nova situação. No passado, nos anos 50 e 60, tentou-se fazer um acordo geral que abrangesse toda a região, de golpe, com uma certa conotação de fortalecimento da ALALC. Isso foi o que nós transmitimos ao mundo há uns quantos anos.

Creio que o enfoque no qual estamos imersos é mais modesto no princípio, igualmente ambicioso no final, mas muito mais realista. Creio que estes grupos sub-regionais primeiro são menores, são mais manejáveis no sentido de que são menos as pessoas que têm que tomar decisões, e se podem implementar. O fato de que estejamos agora ante uma segunda geração de oportunidades e problemas, creio que é muito positivo. Agora o tema central é o tema de tornar compatível um grupo sub-regional com outro grupo sub-regional. Isto creio que é a grande tarefa, o grande desafio que temos. Isto que chamamos convergência é, realmente, extraordinariamente importante. Que haja certa expectativa e certo nervosismo sobre a compatibilidade real que têm estes esquemas é não apenas natural, senão que, é positivo. Ou seja, que se nós não tivéssemos feito a etapa precedente não teríamos este problema hoje. E este problema é o resultado de nosso êxito e não o resultado de nosso fracasso.

Eu diria que o processo de grande realismo de ir do particular ao geral foi realmente muito bem pensado e muito exitoso. Destes acordos sub-regionais, são todos imperfeitos, mas tenho que aplicar a estes acordos o critério que disse antes com respeito a acordos como o do GATT: há que falar com muito respeito porque cada um destes acordos, por imperfeitos que sejam, representa tarefas muito grandes que foram realizadas; a gente se esquece do trabalho que houve e do trabalho em nível das sociedades envolvidas, porque pensar que se poderiam gerar estas iniciativas sub-regionais não era tão óbvio há poucos anos, inclusive, algumas sub-regiões que hoje nos parecem naturais não eram até muito pouco tempo.

Em todo este esquema que estou mencionando, a ALADI tem um papel central. Corresponde ressaltar o importante papel que têm estas negociações no âmbito da ALADI, tendentes a fortalecer e impulsar tanto as políticas de abertura e de regulação de nossas economias como sua contração política, isto é, a aceleração, aprofundamento e sinceridade de nossos processos de integração. Devemos ir além não somente da outorga de concessões comerciais. Impõe-se a eliminação de restrições não-tarifárias e a incorporação de novos setores econômicos que fortaleçam a desregulação, como ocorre, por exemplo, no caso

dos investimentos e dos serviços.

O principal ponto que devo destacar sobre as atividades da Associação são os trabalhos do Grupo Ad hoc de Representantes Governamentais, reunidos para atualizar o Tratado de Montevideu 1980, a fim de permitir a celebração de acordos econômico-comerciais com países desenvolvidos. Após seis reuniões, o Grupo decidiu submeter a nossa consideração o Protocolo Interpretativo do artigo 44 do Tratado. Podemos afirmar que isto é uma demonstração da vigência e flexibilidade do Tratado de Montevideu, embora seja consciente de que a atualização desse instrumento estaria não concluída. Efetivamente, creio que necessitamos respostas originais e imaginativas para atualizar alguns dos princípios do Tratado, como os de flexibilidade, os tratamentos diferenciais, a convergência como resposta aos progressos já obtidos nos acordos sub-regionais e bilaterais e a determinação dos prazos que necessita esta etapa da integração.

Não estamos apenas comprometidos com o fortalecimento da Associação como meio imprescindível para alcançar maiores etapas de integração no continente, senão que através deste processo de atualização do Tratado iniciado pelo artigo 44, estamos dando passos concretos e necessários para este objetivo.

Eu quero mencionar algo que me parece muito importante. Um dos países da ALADI fez este acordo com um dos principais países do mundo, que é um acordo extra-regional, e creio que se impõe uma política de grande flexibilidade frente a este fato para permitir a compatibilização desse Acordo NAFTA com a ALADI. É totalmente possível, e creio que a chamada solidariedade latino-americana se nota não nas declarações retóricas, senão nas reações frente a estes fatos. Creio que todos devemos fazer um esforço para facilitar a compatibilização do Acordo NAFTA com a ALADI. Creio que isto vai além da letra escrita.

Creio que o critério básico que devemos seguir nestas negociações, não apenas neste tema, senão no tema da ALADI em geral, é uma enorme flexibilidade e um não regulamentarismo; essa deveria ser nossa norma. Creio que isto nos faz bem a todos. Devemos avançar em temas específicos e concretos, como solução de controvérsias, regras de origem, salvaguardas, incentivos de exportações, valoração aduaneira, introdução do conceito de serviços, introdução do conceito e da realidade da informática em nível da ALADI.

Estes trabalhos que fez a ALADI creio que hoje ressaltam mais que antes. Ou seja, a ALADI serviu para normalizar, homogeneizar as situações sobre temas muito importantes que facilitam logo esta segunda geração de acordos intra-sub-regionais.

Creio que um aspecto muito importante sobre o qual já fizemos esforços, mas temos que redobrá-los, é incorporar ao processo os setores empresariais. Finalmente, todos os âmbitos que estabelecemos servem para que haja comércio, para que haja investimentos, e os comerciantes e os investidores não são os Estados; são os empresários. Nós estabelecemos um âmbito de referência que é o mínimo que podemos fazer mas, talvez seja o máximo que podemos fazer, e por isso temos que incorporar os atores do desenvolvimento, os atores do comércio, os atores dos investimentos a nossas discussões e a nossos compromissos.

Haverá também uma discussão muito importante, específica -que corresponde à região à qual pertencem- com referência a novos projetos de incorporação de outros Estados da região no MERCOSUL. Isso eu creio que é algo original, são novas idéias, que também têm que ser apoiadas de maneira enérgica, embora em princípio possam não ser vistas com toda claridade as bordas que possa ter esta alternativa, que creio que vale a pena discutir brevemente e que conta com nosso total apoio.

Quero finalizar dizendo que com uma atitude de respeito a tudo aquilo que foi realizado, e uma atitude de flexibilidade e de abertura e de não regulamentarismo, faremos um progresso histórico, porque creio que nunca como hoje estamos vivendo um ponto cume na história da ALADI. Muito obrigado.

- Aplausos.

Cedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Doutor Sérgio Abreu.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, Doutor Sergio Abreu.

Senhores Ministros dos países-membros da ALADI, Senhor Secretário-Geral, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, Senhor Presidente, Senhores Representantes Permanentes no Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração, Senhores Observadores, Autoridades Nacionais, Senhores Funcionários da ALADI, Senhoras e Senhores, o cenário internacional está atravessando um período de profundas mudanças, todos o reconhecemos, vivemos e apalpamos; a retórica está demais para descrevê-la, e na porta de cada um de nossos países a realidade nos bate com crueldade e com espírito de desafio. Os dados provenientes desta realidade são no âmbito da economia e do comércio internacional. Como muito bem mencionava o Senhor Chanceler da República Argentina, o resultado da Rodada Uruguai do GATT é o produto de uma insatisfação compartilhada, em que cada um de nós, do ponto de vista bilateral ou multilateral analisará, em função destes resultados, quais são suas possibilidades, mas com base no desafio que projete para dentro e não com base nas responsabilidades que transcendam para fora.

Esta dinâmica de mudança se materializa também no fenômeno de constituição de blocos. Os processos de integração registraram também este realismo para ir acompanhando esta dinâmica com uma constituição de caráter convergente com base em acordos bilaterais, sub-regionais, onde o esquema da integração hoje torna compatível o conceito da abertura com o conceito da integração em si.

Não estamos esboçando modelos de substituição de importações, senão que estamos tratando, em função de nossos esquemas de integração, de projetar este esforço em um âmbito internacional cada dia mais competitivo e mais desafiante, e é nossa responsabilidade encontrar também nesse âmbito as respostas nos aspectos multilaterais e internacionais, mas também em nossos próprios âmbitos nacionais. É ali onde estão também os atores de mudança que, como os empresários, as vontades políticas e as administrações nacionais devem recolher com realismo e responsabilidade.



ali onde estão também os atores de mudança que, como os empresários, as vontades políticas e as administrações nacionais devem recolher com realismo e responsabilidade.

Neste âmbito é que nos estamos manejando com realidade: uma Associação Latino-Americana de Integração tratando a forma renovada de fortalecer suas instituições, de restabelecer sua credibilidade e de projetar, não apenas aos governos, senão às pessoas, aos povos e às comunidades, as possibilidades de que a integração tenha uma oportunidade concreta para cada cidadão que existe em nosso continente. A integração vazia de resposta social e de oportunidade individual ficará simplesmente aderida aos ouropéis dos discursos retóricos. E nesta realidade é que incorporamos nossa presença da ALADI frente aos desafios que o mundo e o continente nos estão indicando.

Hoje nos convocam elementos de fortalecimento de nossas instituições, mas nos convoca também um exame frente à realidade, de forma tal a apresentar articulações em esquemas de integração com conceitos de abertura, com base em relações comerciais de nossos sócios que começaram a estabelecer contatos e obrigações jurídicas com terceiros países no âmbito do continente ou do sistema hemisférico.

O NAFTA, como nós o designamos aqui no Sul, é um esforço de caráter extra-regional que envolve a vontade e a decisão política de algum de nossos sócios e de um de nossos sócios, e nós temos que procurar uma solução para este tema para que os aspectos complementares sejam parte deste realismo, para que o realismo político e econômico nos obrigue a tomar as decisões adequadas, mas também para que a segurança jurídica do âmbito da ALADI nos faça preservar e fortalecer a segurança e a credibilidade de um Tratado, que se respeita e se fortalece fazendo respeitável também suas normas, e não erosionando-as em forma excessiva. Este é o critério com o qual nos queremos manejar. Este é o critério com o qual o Uruguai transmite sua decisão política de ratificar sua orientação no âmbito do MERCOSUL; de crer também que nos esquemas sub-regionais está a parte importante da projeção indutiva do particular ao geral, que o MERCOSUL é nossa vontade política, não para sentir-nos isolados do resto do continente, senão para ser uma oportunidade ajustada à realidade e ser um degrau de inserção, não apenas no âmbito da ALADI, senão também na economia internacional, que nos exige competitividade para poder sobreviver adequadamente aos novos desafios. E este é o esquema que realizamos e assumimos, fortalecendo a ALADI, institucional e financeiramente, com a responsabilidade que temos para fazer também das instituições que trabalham na integração o elemento de dignidade adequado para aqueles que nela desempenham sua atividade e para aqueles que põem seu intelecto a serviço do esforço político de todos nós.

Neste sentido e com esta orientação, Senhores Ministros, Senhores Representantes, é nossa responsabilidade política de governantes concretizar os projetos e não permitir que se anteponha a mesquinhez dos egoísmos setoriais. Devemos levantar os pontos de alvo e não ser avarentos no esforço de fortalecer este esquema de integração, cuja materialização nos permitirá alcançar maiores níveis de eficiência e competitividade para integrar-nos ao mercado regional e ao mercado internacional.

O ideal integracionista latino-americano somente poderá transcender em seu caráter de projeto na medida em que existir um compromisso e uma decidida conduta daqueles que são seus atores. Não se pode pensar com grandeza e ser mesquinho na ação. Desenvolvimento, comércio e estabilidade política vão de mãos dadas, os três pilares onde vamos defender nossa identidade com sentido de inserção no exterior, mas também com responsabilidade para dentro.

Se não há liberdade de comércio, se não há flexibilidade, se não há realismo, se não há ajustamento de nossas próprias estruturas produtivas, não teremos possibilidades de traduzir a nossos próprios agentes e a nossa gente e a nossas comunidades a possibilidade de defender com caras de uma mesma moeda o conceito de liberdade de comércio e o conceito de liberdade política.

Estamos aqui para trabalhar com consciência e com decisão, com realismo e com responsabilidade, e para fazer disto uma oportunidade para projetar um futuro melhor para o processo de integração e não para descobrir obstáculos que nos deixem no âmbito retórico de nossos discursos, chegando atrasados ao desafio histórico que se nos enfrenta hoje para a América Latina.

Muito obrigado, Senhores Ministros. E em nome do Senhor Presidente da República, do Governo do Uruguai e do povo do Uruguai os abraços com a calidez, a transparência e a irmandade que nos caracteriza e com o esforço que o Uruguai faz para recebê-los com o animo e a satisfação de tê-los em nosso país. Muito obrigado.

- Aplausos.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA ARGENTINA, Doutor Guido Di Tella. O Secretário-Geral tem que dar umas informações a continuação.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, se me permite tenho aqui uma carta dirigida a Vossa Excelência pelo Ministro das Relações, Encarregado, da República do Equador, que diz: "Senhor Presidente, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de, por seu digno intermédio, saudar todos os Senhores Ministros dos países-membros da Associação Latino-Americana de Integração, reunidos para celebrar o VIII Conselho de Ministros, instância máxima do Organismo.

Lamentavelmente, assuntos de Estado requereram a presença do Chanceler Diego Paredes em países europeus e, conseqüentemente, impediram sua participação na importante Reunião que congregou as mais altas autoridades das relações exteriores e da integração dos países-membros da ALADI. Representará o Equador nesta Reunião o Excelentíssimo Senhor Embaixador Eduardo Cabezas.

Meu país dá particular importância ao processo de integração da América Latina como um dos meios mais eficazes e concretos para o desenvolvimento de seus povos, em circunstâncias em que as barreiras ideológicas, políticas e comerciais cedem a um processo globalizante e integral.

O Oitavo Conselho de Ministros se reúne em circunstâncias particularmente decisivas para a Associação. Seus objetivos talvez são mais válidos e urgentes que nunca, mas a própria dinâmica da integração e o devenir próprio das instituições exigem a revisão e reorientação contínua de um processo vital que deve projetar-se de modo imaginativo para o futuro.

O Equador reitera, mais uma vez, seu firme apoio à Associação como o foro da integração regional e expressa sua decidida vontade de contribuir para que possa enfrentar com toda eficácia o papel que lhe corresponde em aspectos fundamentais como a convergência e articulação dos processos sub-regionais de integração, para o qual faz falta aprofundar a definição política que a fortaleça e fortalecer assim sua ação para construir uma América Latina unida.

Faço votos pelo êxito deste Conselho, ao qual contribuirá decididamente a alta prestância de seus integrantes. Muito atenciosamente, Jaime Marchán. Ministro das Relações Exteriores, Encarregado."

Senhor Presidente, tenho também uma carta do Ministro das Relações Exteriores da República da Venezuela.

"Senhor Presidente, tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência na qualidade de Presidente do Sétimo Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALADI e expressar-lhe meus augúrios pelo êxito da Oitava Reunião do Conselho de Ministros.

Devido a que não poderei estar presente durante as importantes deliberações deste Conselho, outorguei plenos poderes ao Doutor Alberto Poletto, Ministro de Estado, Presidente do Instituto de Comércio Exterior da Venezuela, para que nos represente oficialmente.

Este encontro dos Chanceleres da ALADI deve marcar relevantes rumos para o futuro da região, orientados para a convergência de todos seus atuais esquemas de integração, razões suficientes para avançar com otimismo e esperança.

Aproveito a ocasião para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. Atenciosamente, Miguel Angel Burelli Rivas, Ministro das Relações Exteriores."

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPUBLICA ARGENTINA, Doutor Guido Di Tella. Muito obrigado.

Vamos dar por finalizada esta Sessão Plenária Solene de Abertura e passaremos dentro de cinco minutos à reunião privada de Chefes de Delegação, e a continuação passaremos à Sessão Plenária de Trabalho, na Sala "B".

Antes de dar por encerrada a reunião, quero agradecer ao Senhor Secretário-Geral tudo que fez pelo êxito desta reunião, e pelo que ainda fará, até que finalize a reunião. Muito obrigado.

- Aplausos.

- Encerra-se a sessão.